

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.519 - PR (2019/0101593-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : RIO PARANÁ COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
ADVOGADA : LUCIANA PEREZ GUIMARAES DA COSTA E OUTRO(S) - PR018588
AGRAVADO : OLIVEIRA MARTINS DOS REIS
ADVOGADO : OLIVEIRA MARTINS DOS REIS (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR013051

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por RIO PARANÁ COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA RÉ, COM ORDEM DE ANÁLISE DO TEMA DE PROPORCIONALIDADE DA VERBA HONORÁRIA PELA CORTE LOCAL. MANUTENÇÃO, PELA CORTE SUPERIOR, DA DECISÃO COLEGIADA EM RELAÇÃO AO NÃO CONHECIMENTO DO APELO QUANTO ÀS CLÁUSULAS DO TERMO DE CREDENCIAMENTO SUSCITADAS PELA RÉ, E QUANTO AO DIREITO À REMUNERAÇÃO DO AUTOR. NOVO PRONUNCIAMENTO QUE DEVE SE ATER AO VALOR DOS HONORÁRIOS. PERCENTUAL ARBITRADO QUE SE MOSTRA PERFEITAMENTE COMPATÍVEL COM AS NUANCES DO CASO CONCRETO. OBSERVÂNCIA DO ART 20, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL VIGENTE À ÉPOCA E DO ESTATUTO DA OAB (LEI Nº 8960/1194). APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E DESPROVIDA.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, e arts. 22 e 38 da Lei n. 8.906/94 no que concerne ao arbitramento desproporcional e sem razoabilidade de honorários no

percentual de 10% do valor total do débito, trazendo os seguintes argumentos:

Por primeiro, o v. acórdão desconsiderou completamente que o recorrido RENUNCIOU o mandato, sem reserva de honorários, ANTES da realização do acordo, portanto, NÃO atuou na defesa do feito até a realização do acordo e NÃO teria direito a nenhuma importância relativa a arbitramento de honorários, pois NÃO havia mais prestação de serviços por parte do recorrido com a recorrente no momento C' 5 R da realização da composição.

O *caput* do art. 22 da Lei nº 8.906/1994 dispõe que o advogado terá "...direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência" SE existir "...prestação de serviço profissional...".

Ora, NÃO existia mais "prestação de serviços" do recorrido com o recorrente no momento em que foi firmado acordo no processo, portanto, NÃO há que se falar em direito deste a perceber honorários advocatícios de processo que não patrocinava quando da realização da composição.

Assim, o v. acórdão, ao condenar a recorrente a pagar honorários advocatícios ao recorrido sem que existisse prestação de serviços entre eles no momento processual da realização da transação, afrontou ao *caput* do art. 22 da Lei nº 8.906/1994.

Por segundo, considerando que NÃO existe "condenação" quando as partes realizam acordo e este é meramente homologado, NÃO se pode aplicar o §3º do art. 20 do CPC/73 que, expressamente, consigna que o percentual de 10% a 20% SÓ se aplica quando há CONDENAÇÃO.

Veja-se: "§3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:...". (Destacamos).

Desta forma, inaplicável o §3º do art. 20 do CPC/73 para fixação de honorários ao caso *sub judice* e evidente que sua aplicação sem o preenchimento dos requisitos que lhe validam afronta esta norma.

Por terceiro, diante da circunstância especial do processo que se findou em razão da realização de acordo e que NÃO teve condenação deve-se aplicar ao caso o §4º do art. 20 do CPC/73 que aduz:

"§4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargos ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b, e c do parágrafo anterior". (Destacamos).

Desta forma, resta notória a violação ao § 4º do art. 20 do CPC/73.

Por quarto, importante ressaltar que a petição de acordo noticiada pelo recorrido demonstrar que o patrono que o substituiu nas referidas ações recebeu à título de honorários em decorrência da dita composição R\$ 1.850,00 (um mil oitocentos e cinquenta reais).

[...]

Outrossim, aceitar o valor fixado pelo d. Juízo a quo e que foi

confirmado no v. acórdão (10% sobre o valor da execução atualizada até o momento em que se deu a cessão de crédito, em 28/12/2000), significa impingir a apenas uma das partes todo o prejuízo e, em contrapartida substancial acréscimo em seu patrimônio à outra parte.

Configura-se um verdadeiro desequilíbrio financeiro, pois através de cálculo proporcional (34,75%) do valor total do acordo, chega-se à conclusão de que o proveito financeiro revertido a recorrente naqueles processos, de um total de R\$ 13.464,74, atualizado até 31/10/2000, foi de apenas R\$ 6.429,05 (seis mil quatrocentos e vinte e nove reais e cinco centavos).

Desta forma, não há como conceber que o recorrido receba honorários proporcionais sobre o TOTAL do valor do crédito, sendo que a recorrente recebeu apenas PARTE. Não olvidando que é inaceitável que o recorrido receba honorários integrais quando NÃO trabalhou no processo até seu termo e NÃO foi quem conseguiu concretizar o acordo.

[...]

Quer seja, o v. acórdão violou tanto as alíneas a, b e c do §3º do art. 20 do CPC/73 quanto o artigo 38 da Lei nº 8.906/1994, fixando honorários em valor desproporcional e desarrazoado a trabalho executado pelo recorrido e em valor superior a vantagem advinda em favor da recorrente-constituinte/cliente.

Conclui-se, pois, que o v. acórdão ofendeu os artigos 20, caput, §§3º e 4º do CPC/73 e artigos 22, caput e 38 da Lei nº 8.906/1994, devendo o presente recurso especial ser conhecido e provido, a fim de reformar o v. acórdão que se encontra equivocado (fls. 682/685).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, verifica-se que não houve o prequestionamento das teses recursais, uma vez que as questões controvertidas não foram examinadas pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

De qualquer sorte, a pretensão da recorrente esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente